

em conta que a sua pátria está na posse dos alemães? O de vendidos aos ingleses? Lérlas, meus senhores.

A classe gráfica do Porto não deve estranhar a atitude dos jornalistas, nem dos proprietários dos jornais, esses cavalheiros que estão constantemente a proclamar moralidade, a exigirem respeito à lei e que agora, ante a arbitrariedade do governador civil que mandou lacrar as portas da Cooperativa Gráfica para, no dia seguinte de manhã, reconhecendo a sua violência estúpida, ordenar a sua imediata reabertura, não tiveram uma palavra de repulsa.

Os operários gráficos que ainda não conquistaram as oito horas, devem, portanto, permanecer na mesma atitude, repelindo as infâmias dos industriais, recolhendo os ombros, com manifesto desprezo, às autoridades do distrito que, se fôsem com petentes, visto que a lei está definitivamente aprovada, obrigariam os industriais a abrirem as suas portas, porque uma classe que produz e que tem contribuído para a riqueza de muitos, não pôde estar à mercê dos caprichos dos seus exploradores.

E' verdade que alguns donos de tipografias já não fazem muita questão com as oito horas, contanto que se consinta na redução do salário, porquanto, dizem, se assim não fôr, isso lhes traz um grande prejuizo. Brevemente falando, é certo; mas no fim do ano, se não de acaçarem um lucro líquido de 800\$ ou 1.200\$000, uma hipótese, guardem apenas um lucro de 500\$000 ou 700\$000, distribuindo o restante pelos negros que trabalham.

E' certo, porém, que as tipografias pequenas que já aderiram às reclamações do seu pessoal não auferem esses lucros; mas as grandes empresas, que têm enriquecido bestialmente à custa dos desgraçados, se não tiram esses lucros, tiram ainda muito mais. Temos, por exemplo, o proprietário do trapalhão *Comércio do Porto* que, quando ha um pouco de crise nas suas oficinas de obras, costuma dizer para o seu fâmullo: «isto não pôde ser; vou fechar a casa». Mas, pelo fim do ano, ao fazer o balanço ao cofre, desmente logo o dito nos seguintes termos e esfregando as mãos de contente: «Vá, vá; este ano deu uma receita líquida muito rasoavel... Não esperava isto...»

Enfim, o chefe do distrito é inepto e parcial; os industriais aproveitam-se da sua inércia e da sua parcialidade e as empresas jornalísticas aplaudem tudo isso, enchendo as suas colunas com mentiras descaradas.

Nestas condições, o que resta fazer? Continuarem firmes, até à vitória completa, a despeito de todas as ameaças, de todos os *trucs* e falsidades jornalísticas.

E ao boicot ás notícias sobre o movimento dos gráficos, estes devem opôr igualmente o seu boicot, não comprando os jornais burgueses e fazendo apelo nesse sentido às outras classes, para que eles saibam que o operariado revive. Eis o caminho a seguir.

Aos camaradas

Vários camaradas tem-nos dirigido portais e cartas a perguntar-nos se a AURORA suspendeu a sua publicação. Não, camaradas, O motivo da não publicação da AURORA nestas duas últimas semanas, foi devido à greve dos tipógrafos, greve declarada para reclamar a jornada de 8 horas de trabalho diário, como lhe faculta uma lei aprovada recentemente, e que os industriais, num gesto de bandidos, procuravam, por todas as formas, fazer com que ela fosse letra morta.

E aí tem os camaradas as razões justificativas da suspensão forçada do nosso semanário.

UMA QUESTÃO PALPITANTE

A NOSSA RESPOSTA

Emílio Costa pergunta qual deve ser a atitude dos revolucionários sociais portugueses em face duma invasão espanhola e consequente ocupação militar.

Na actual conjuntura e dadas as polémicas travadas, convém fazer previamente uma distinção: o exemplo concreto de Portugal Espanha nada tem que ver com o caso da actual conflagração entre grupos de potências igualmente fortes, provocadores e imperialistas. Sob todos os pontos de vista militar, financeiro, industrial e demográfico, Portugal é incapaz de provocar e atacar, por si só, um país como a Espanha. Se considerarmos Portugal isento e inocente de qualquer aliança, conluio e combinação, a hipótese apresentada é análoga ao caso de Marrocos, invadido e conquistado pela França e pela Espanha.

Além disso, o problema proposto versa sobre o *facto material* da invasão, com suas atrocidades e repressão resultante, e não sobre as consequências políticas sociais da guerra, conforme o lado vitorioso. Na guerra europeia, os intervencionistas não falam apenas em resistir ao invasor na Bélgica, França, Galicia, Prússia, Bucovina, etc., mas em combater ao lado dos Aliados.

A hipótese é, pois, o mais favorável possível à tese dos que defendem, em certos casos, uma «união sagrada nacional», uma colaboração com a burguesia e com o Estado ante o «perigo comum.»

Pôsto isto, que meios de resistência deveriam empregar os revolucionários?

O melhor de todos seria a revolução contra todos os senhores nacionais e estrangeiros. Antes da guerra, se possível fôsse; ou quando viesse depois a oferecer-se uma oportunidade para a tentar, como fez Bakunine em Lião, nos fins de setembro de 1870.

«OS DIREITOS DA CIVILIZAÇÃO»

Despotismo ou anarquismo

Está certamente no interesse de todos que toda a terra seja utilizada o melhor possível, que todos sejam instruídos e que por toda a parte a civilização, a verdadeira civilização, espalhe os seus benéficos frutos.

E é um facto que há diferenças enormes de desenvolvimento e civilização entre os diversos povos e entre os diversos grupos e indivíduos do mesmo povo.

Mas, supondo mesmo que as colectividades e os indivíduos mais avançados se deixem guiar na sua obra pelo interesse geral, supondo mesmo que é possível estabelecer qual é verdadeiramente o tipo de civilização superior e que este tipo se mantém superior ainda quando transplantado para outro terreno, é prático, é desejável que o melhor seja imposto pela força? E pode esta imposição corresponder aos fins verdadeiros da civilização, que não podem ser senão o máximo bem-estar e a máxima liberdade de todos, o máximo desenvolvimento material, moral e intelectual de cada um?

Observemos antes de mais nada que, se admite que o bem se deve impor pela força e que os melhores tem o direito de governar, de dominar os inferiores, cai pela base qualquer regime democrático, o qual, senão é uma mentira mantida pelo engano e pela corrupção, é a prevalência do número inconsciente, o domínio da maioria, isto é, da parte menos esclarecida de cada país.

Afastada então a *democracia*, afastada a república que é a verdadeira democracia, que regime nos propõem os nossos «civilizadores»? O despotismo?

Com efeito, há escolas, se não partidos, que vêem a salvação na instauração dum *despotismo iluminado* dum homem, classe ou seita. E' no fundo o ideal de todas as seitas religiosas e filosóficas.

Mas, na prática, quem será o *déspota*. E' verdadeiramente o indivíduo mais inteligente e melhor

Edadas as dificuldades insuperáveis ou enquanto elas subsistissem: resistência livre e independente a todas as violências e repressões, viessem donde viessem, durante e após a invasão; preparação moral e material dessa resistência, prosseguimento da luta contra os patrões e governantes. Se para isso falecesse a coragem, também deveria faltar para o alistamento *voluntário* nas hostes do Estado.

Tal nos parece ser a *prática* mais conforme aos nossos *principios*, por sua vez baseados na prática e na crítica dos factos. E quanto aos resultados imediatos (evitamento da guerra e suas atrocidades, expulsão do invasor prepotente), não nos parece que fôsem mais eficazes os métodos do Estado, sobretudo no caso de Portugal. Provavelmente, o único recurso dos próprios patriotas havia de vir a ser a insurreição.

Vantagens teórico-práticas do nosso método revolucionário:

1) Levar pelo exemplo o proletariado espanhol a manifestações de revolta e de solidariedade internacional.

2) Combater os ódios nacionais e o obscurecimento da ideia internacionalista, quebrando ao mesmo tempo nas mãos dos governantes espanhóis uma arma poderosa, com a qual eles tratariam de obter na Espanha a unificação patriótica contra o inimigo nacional, se este também se mostrasse «patrioticamente unido».

3) Não fortalecer, com a nossa adesão voluntária, o primeiro e principal instrumento de dominação burguesa e estatal — o exército; a ideia da sua necessidade e a sua função confessada — a guerra.

4) Combater a nociva ideia dum pretensa identidade de interesses nacionais.

O Grupo de Propaganda Libertária.

ou a colectividade mais evoluída e altruista que tem as qualidades precisas para se impor e dominar com a força?

E quando assim fôsse, pode a força exercer uma acção moralizadora e elevadora de consciências? Não é pelo contrário verdade que ela despadaça as melhores energias da alma, embora com as melhores intenções, só consegue fazer escravos? E não é certo que o poder irresponsável corrompe fatalmente quem dele é investido, indivíduo ou classe, que o cega e lhe dá a mais ridícula e perigosa das manias, a mania das grandezas?

E depois, quem é que sofreria ainda um governo absoluto?

Resta, pois, apenas o anarquismo — o anarquismo que é violento quando se trata de repelir a violência e de conquistar o seu direito à existência, mas, que para difusão e triunfo dos seus ideais só conta com a persuasão e com o exemplo; o anarquismo que apela para as energias de cada um; a anarquia que tudo espera da liberdade e da solidariedade livremente procurada e aceita.

E isto não é somente um sonho de futuro. Toda a história af está a demonstrar que cada progresso tem sido fruto da livre iniciativa e do livre accordo e que a imposição nunca deu outra coisa senão frutos amargos de escravidão e degeneração.

E. MALATESTA

A greve dos mineiros ingleses

Esta greve foi, naturalmente, caluniada pelos que não sabem (ou não lhes convém saber) explicar os acontecimentos senão atribuindo-os a manejos de agentes e ao oiro alemão ou inglês: a obstinação dos patrões e a sua cupidez, isso é que nunca tem da parte das gazetas burguesas semelhante explicação, nem passa por falta de patriotismo.

O caso é que, segundo temos no *Labour Leader*, os mineiros do País de Gales, nestes tristes

tempos, deram um belo exemplo de coragem e saíram vencedores, derrotando o governo e os patrões.

Quando o governo apertava cada vez mais a tarraxa da reacção, quase sempre aprovado sem discussão, quando o «prussianismo» alcançara um triunfo com a «Lei das Munições» que impunha à classe trabalhadora o trabalho forçado sem lhe dar a menor fiscalização das condições de trabalho, ficando os monopolistas da indústria autorizados a aumentar os seus proventos e os operários compelidos a continuar a sua faina, os mineiros galeses levantaram a lava do desafio, zombaram da lei de munições e fizeram capturar o governo, que guardou os seus coriscos.

O mesmo quanto aos patrões, Esses figurões imaginavam que os «seus» operários não ousariam fazer greve neste momento, e por isso sentiam-se à vontade. Por patriotismo, os trabalhadores aguentariam e os industriais embalsariam.

Se esses bons sentimentos não bastassem, lá estava o medo á opinião pública patriótica e á energia excepcional do governo. Os proprietários de minas consideravam-se seguros. Não faziam concessões, nem mesmo admitiam negociações. Os mineiros, num belo

gesto, prontificaram-se a renunciar a qualquer melhora de salário, se os patrões se compromettessem a não explorar o público, isto é, a não aumentar o preço do carvão. Os proprietários recusaram!

Veio então a greve, que triunfou, apesar do furor de muitos jornais, como o *Morning Post*, que incitava o governo a empregar os meios mais violentos, inclusive o fuzilamento dos que tentassem perturbar a famosa «liberdade de trabalho». O governo e os patrões tiveram de fazer a coisa por muito menos, cedendo E assim reconheceram a infâmia e estupidez dos sicários do jornalismo internacional, que falaram no oiro germânico e até fixaram a quantia gastal Para esses mariolas, envenenadores de consciências, os patriotas eram sem dúvida os proprietários de minas, que aproveitavam a guerra e a desgraça comum para aumentar os preços e explorar os compatriotas!

Os grevistas galeses, heróis nestes tempos de heroísmo, fizeram mais pelas liberdades públicas e pelos direitos do trabalho do que os homens das trincheiras, bem arriscados, se voltarem, a encontrar na pátria menos liberdade e salários mais baixos, caso não haja quem imite em toda a parte os mineiros de Gales.

O Imperialismo moderno

Nunca o curso tempestuoso da História apresentou mais cruel e sangüinário aspecto; nunca o génio inventivo do homem achou melhor oportunidade para exercer os seus dotes destruidores.

A guerra europeia é a guerra científica metódica em que os homens se trituram, se despedaçam como engrenagens dum maquinismo imenso, sábia e friamente regulada. Há meio ano que caem diariamente milhares e milhares; as baixas são inscritas no registo e surgem outros milhares e milhares para de novo, como por encanto, preencher os vazios e sofrer em tempo devido a mesma amputação.

Assim, a juventude e os homens viris dos maiores países da Europa afanam-se na degola e esquartejamento mútuos, em nome de Deus, da Pátria, do Império e oh! dor! da Civilização, e até alguns em nome dos ideais superiores da Humanidade.

Sarcasmo cruel deste século que alguns de nós tinham ingenuamente suposto de progresso e de libertação!

Talvez no meio do amálgama dos acontecimentos, da vozaria e do canhoneio possamos tratar de ir até á raiz dos factos e descobrir o móbil real que lança todos esses povos uns contra os outros; talvez possamos deste imenso choque de homens e coisas trazer para a luz a verdade nas aras da qual se oferece em holocausto a geração da nossa época.

Há nesta luta um partido da justiça e da liberdade? Achase do lado dos aliados ou do dos austro-alemães? E' certo lutarem os aliados por uma nobre causa e os austro-alemães para impor maior despotismo?

Considerando-se atentamente e sem paixão alguma os acontecimentos de toda a ordem que se tem sucedido na Europa nestes últimos vinte anos, resalta com esplendente claridade um facto culminante: ambos os bandos adversos prodigalizaram os seus esforços de modo incessante para obter para si o benefício da supremacia mundial.

Os dois grupos de potências viram-se arrastados á guerra pelo mesmo afã de domínio e hegemonia, sem que nas suas de cisões interviesse, nem de perto nem de longe, a menor consideração de ordem elevada.

Rói as estranhas de todos os Estados capitalistas modernos o mais desenfreado imperialismo, e o lema da política internacional de todos eles, sem distinção alguma de forma de governo, quer seja democrática, quer autocrática, é este: expansão.

Expansão a todo custo e a todo risco; é preciso conquistar novos domínios, penetrar em novas terras, abrir novos mer-

cados para dar saída a uma produção cada vez mais febril e intensa. Para conseguir este resultado, para afirmar esta política lunesta, não há Estado moderno que não seja capaz de se impor os mais pes dos sacrificios e de se lançar na mais perigosa aventura, pois por trás do Governo que nominalmente o dirige, acham-se os grandes grupos de capitalistas, industriais e traficantes do país, que só permitem a vida com a condição de serem servidos acima de tudo os seus interesses próprios.

A sciência económica, que desde Adão Smith vem sendo ensinada á juventude de todos os países nas grandes Universidades, formula assim as suas conclusões: *enriquecei-vos*, o que significa: intensifica o mais possível a produção, aperfeiçoa os seus processos, innova os seus métodos, cria maquinaria, instalações e braços hábeis para obter do trabalho o maior rendimento possível. Mas o capitalista não encontra proveito algum na sua actividade ascendente se, ao mesmo tempo que ele e os seus operários intensificam a produção, não se abrem novos mercados onde coloquem os seus artigos e onde possam especular sobre o preço da venda. Ora sendo a produção cada vez mais larga, cada vez mais numerosos tem que ser os mercados, condição essencial para o capitalista poder cumprir a sua missão de se enriquecer. Quando os mercados nacionais não pedem mais produtos manufacturados, porque deles estão abarrotados, a sciência económica burguesa ensina que é preciso abrir novos mercados no exterior.

Daqui os tratados de comércio, as guerras de tarifas que todas as nações fazem umas ás outras, a expansão colonial e outras escaramuças análogas que preparam o terreno para o grande estampido final, como o que estamos presenciando actualmente, triste remate das leis económicas que nos regem.

Por isso se diz com razão que os governos, seja qual for e seu matiz, são meros instrumentos ao serviço da plutocracia, que é a que realmente governa o mundo.

Que vemos, pois, no actual conflito europeu, senão uma luta titânica de apetites e interesses antagónicos que se chocam, uma ânsia desmedida de domínio que, na sua pugna incessante para abrir passagem, embate contra ânsia igual do grupo oposto?

E não nos venham dizer, como se está fazendo, que é só a Alemanha que se agita por essas cubicas desenfreadas de poderio; não se diga que é só ela que aspira ao império mundial, pois incorrerão numa parcialidade que briga com a clara visão das contingências históricas da nossa

A' hora do descanso

- Diabos me carreguem, se não parece que anda tudo doido!
- Porque diz isso, sr. Aninhas?
- Então a Mariquinhas não vê?
- Não vejo o quê?
- Boa vai elal! Faça-se agora de novas, que há-de ser? Os tiros, as bombas, as mortes, todo esse inferno que por aí vai.
- Mas isso não é novidade nenhuma!
- Pois não é; mas os homens parece que não tem emenda nem sossêgo e que estão cada vez piores. Não basta o que vai lá por fóra, com toda aquela gente a espantaf-se; cá por casa anda tudo cada vez mais maluco!
- Casa onde não há pão...
- Pois sim; mas os homens também são muito maus...
- Talvez acertasse mais, se dissesse que são muito ignorantes e estúpidos...
- Por se andarem a matar por nada?
- Sim; ou pelo bem dos ricos e mandões da governança.
- Lá isso é verdade. Inda se fosse pelo bem dos seus e do povo, pelo pão dos filhos...
- Mas a questão, sr. Aninhas, é que eles cuidam que assim fazem.
- São levados ao engano, não é? Mas como demónio é que inda se deixam engazupar? Não sou capaz de me capacitar disso!
- Vossemecê não sabe o ditado: todo burro come palha...?
- A questão é saber-lha dar.
- Olarilal!
- Mas então o povo há-de ser sempre burro?
- Tanto, não digo. Mas o diabo é que há sempre tantas maneiras de lhe servir a palha, dando-lhe tantos nomes! E ele chama-lhe um figo. Quer dizer, chama-lhe, conforme os paladares, Religião, Pátria, Civilização, Liberdade, Revolução...
- Revolução, revolução... Sempre que há uma dessas revoluções ou coisa que o valha, começam a dizer que vai haver paz e sossêgo, e que acabaram as razões de queixar...
- Prós que estão de cima e apanharam o bôlo. Puderam!
- E vai-se a ver, no fim das contas, que é que a gente observa?
- Porrada de três em pipa.
- Um inferno que nunca acaba. Olhe aquela mortandade de Lamego... Quando me lembro,

até se me arrepiam os cabelos! Que mal fazia aquela pobre gente?
- Que por signal, cuidava que estava a defender os seus interesses e estava mas era a defender principalmente o arranjinho dos proprietários, dos exportadores e falsificadores de vinho.
- Pois será assim; mas então já a gente não pode dizer o que quer e a Mariquinhas acha bem uma barbaridade daquelas?
- Eu? Não me faltava mais nada! Dou-lhe toda a razão e acho que foi um crime estúpido e selvagem.
- E aquilo que sucedeu lá por Lisboa, um cabo que matou três sargentos e que se suicidou? Também foi a política.
- E quando não é a política, toda a gente se sente agora inclinada a dizer que foi ela. Olhe: aquilo de Lamego, dizem os do governo que foi obra dos talassas e dos jesuítas.
- Arre diabol! Também tudo é obra desses mafarricos, que andam em tudo! Crede! Tantas vezes dizem isso, que inda acabam por dar vontade á muita gente de fazer o dito verdadeiro, por despiquel!
- Deixe estar que os outros pagam-lhes na mesma moeda: para os outros é a «formiga branca», ou a maçonaria, ou a república a causade tudo. Tanto uns como outros não sabem outra coisa.
- E olhe que a gente inda fica um nadinha embuçada, quando ouve dizer que desde que está a república é isto que se vê.
- E' responder-lhes com as armas de S. Francisco, sr. Aninhas, a esses entrujões que querem subir outra vez ao poleiro ou a esses parvajolas que lhes querem servir de escada. Pois esses mariolas inda se atrevem a vir falar-nos de salvação por meio da monarquia!
- Eu também acho que a balbúrdia inda ficaria pior; mas a gente não pode negar que as desordens e sarrafuscas não acabam. Até dizem que vai haver outra revolução... e que o governo vai dar p'ra baixo...
- Bem sei. Não sabem outra coisa: bernardas e dar p'ra baixo... p'ra salvar a república. Mas convença-se disto: o mal é fundo e vem de longe, e se o povo fez a república foi justamente porque sofria e cuidava salvar-se. Pois que mande á tabua os politicos e suas drogas e trate a sério da vida.
- Lá está a sineta.

DIABO RUBRO

época e com o exame desapoiado dos factos.

A França, a Inglaterra e a Rússia aspiram, do mesmo modo que a Alemanha e a Áustria, a explorar a maior parte possível de território sob o sol. De nada serve erigirem-se pomposamente em defensores das pequenas nacionalidades indefensas: os factos ali estão, na mente de todos, e falam por si mesmos. (Paris)

DIONISIO NOR.

Nota da Red.—Pelas ideias e pelo estilo deste artigo e dos dois que se lhe seguirão sobre o assunto, traduzido de Tierra y Libertad, cremos que Dionisio Nor é um pseudónimo dum bem conhecido escritor sindicalista francês, a cuja pena se deve também um opúsculo não há muitos meses editado em português.

A CARESTIA DA VIDA

O COMÍCIO DE LISBOA

O comício promovido em Lisboa pela União Operária Nacional e outros organismos sindicais, em 1 do corrente, foi concorridíssimo e nele se fizeram discursos interessantes.
Evaristo Esteves, secretário da U. O. N., diz que o comício tem por fim comunicar o que se passou no Congresso das subsistências e declara que prosseguirá o movimento contra a carestia da vida.
Sousa Neves, da U. O. N., diz que os operários foram ao Congresso para que se não dissesse que só sabem gritar e para apresentar soluções práticas. No Congresso, viu-se que o pão, a carne, o açúcar e outros géneros podem ser vendidos muito mais baratos. Fizeram-se lá revelações conclusivas, autorizadas e insuspeitas.
Joaquim Nogueira, da U. dos S. O., mostra que a carestia da

vida é consequência da organização burguesa e diz que provavelmente, como de costume, o parlamento não fará caso das soluções apresentadas no Congresso, devendo o povo agir por si, a fim de alcançar o que deseja.

Joaquim Marques entende que do Congresso de S. Carlos nada útil, por assim dizer, resultou para a economia do operariado; mas ele mostrou que os trabalhadores não são, como se propala, um bando de desordeiros, tendo como ideal a arruaça e a bomba. Ataca o parlamento, pela nulidade da sua acção.

Sebastião Eugénio, pela Federação Corticeira, fala da questão das subsistências nos últimos tempos, historicando a questão do azeite e mostrando que o povo então nada ganhou, por assim dizer, com a solução dada: importação de 5 milhões de quilos. A abolição do imposto de consumo, após a proclamação da República, apenas redundou em benefício do comerciante. Quanto aos cereais, a lei de 1889 protegeu os agricultores, mas aumentou o preço do pão. A sombra do conflito europeu, muitas criaturas tem especulado e enriquecido. O Congresso das subsistências foi útil, pelo menos, por causa da revelação ali feita do modo como o povo tem sido roubado e envenenado. Mostra o mal da exportação das carnes e do monopólio do selo destinado á conservação do peixe. Que o povo, em vez de se meter em movimentos politicos, trate da da sua causa e imponha desde já as conclusões do Congresso popular.

Joaquim Cardoso, da Construção Civil, trata com documentos da questão do peixe, do açúcar e do bacalhau, e põe o operariado em guarda contra possíveis tropelias do governo.

Miguel L. Vieira, dos corticeiros, fala da especulação que tem engordado, com a guerra, muitos

exploradores e ocupa-se especialmente da questão das carnes, cuja carestia é devida a um conluio entre marchantes e criadores. Acha que a convocação do Congresso das Subsistências foi uma especulação política. Ataca o parlamento.

Carlos de Melo, da Federação da Indústria do Mobiliário, diz que o povo não pode nem deve pagar mais, como se dizia no tempo da monarquia, e que os salários não têm aumentado em relação ao preço das subsistências. O momento é grave, a emigração aumenta. Apela para a actividade dos presentes.

O comício é em seguida encerrado pelos convocadores, apesar dos protestos de alguns assistentes que pretendem falar, além dos oradores anunciados, sendo aprovada a moção seguinte:

1.º—Reclamar do Parlamento, por meio de comícios e sessões, a aprovação do projecto de lei sobre o pão, votado na assembleia de S. Carlos, sem lhe introduzir modificação que, alterando as suas bases essenciais, dêem á moagem e á panificação um pretexto para fugir aos compromissos solenes tomados perante o povo no Congresso Popular.

2.º—Reclamar que sejam convertidas em lei as conclusões votadas no Congresso Popular sobre carnes;

3.º—Que se o projecto sobre o pão, emanado da assembleia popular e entregue ao parlamento por intermédio do governo, não for ali aprovado, que os delegados das associações de classe que fazem parte das diversas comissões, dêem imediatamente a sua demissão, não voltando mais a colaborar em semelhantes trabalhos, e nesse caso;

4.º—Que se torne o parlamento responsável pelos abusos que se continuarem cometendo na elevação injustificada dos preços de muitos géneros essenciais á vida e se distribua por todo o país um vibrante manifesto proclamando a impotencia do Congresso da República para moderar a ganância dos especuladores do povo. E em conclusão:

5.º—Prosseguir depois e intensificar, por meio de comícios e de manifestações, o movimento contra a carestia dos géneros e das rendas das casas, passando-se a reclamar, não a diminuição do seu preço, como até aqui, mas um aumento de salários correspondentes ao agravamento do custo daquelas, devendo as organizações operárias encarar esta segunda solução do problema e prepararem-se desde já para ella.

DOCUMENTOS

Pela Paz

Manifesto distribuido no Rio de Janeiro.

A neutralidade do governo e o povo

Esta guerra, como todas as guerras modernas, é um conflito puramente de interesses, surgido em virtude das rivalidades comerciais e industriais das grandes potencias europeias. Os países que se não envolvem nela só procedem assim por conveniências, por interesses dos próprios governos. E' o que se chama a neutralidade decretada, com força de lei.

Ora, neutralidade é indiferença. Mas podem os povos dos países neutros conservar-se indiferentes? Não se trata apenas de indiferença perante o bárbaro espectáculo: trata-se do facto que a guerra prejudica enormemente: os interesses do povo, dos trabalhadores de todo o mundo. Os efeitos maus da guerra não se delimitam ás fronteiras das nações conflagradas. Eles repercutem mais ou menos fundamentalmente por toda a parte.

No Brasil, por exemplo. Nanca se atravessou aqui crise parecida com a actual. As fábricas, as officinas estão paradas, e as que ainda não estão funcionando dois e tres dias por semana. Formam legião os operários sem trabalho. Por outro lado, a carestia dos géneros de primeira necessidade é cada vez mais acentuada. Atravessamos uma situação como jamais se viu. A miséria é agora a regra. Milhares de famílias proletárias passam fome. As ruas e as praças publicas estão cheias de famintos, de mendigos. A' noite, pelos bancos dos jardins e pelas soleiras dos palácios, estende-se toda uma multidão miseravel sem tecto onde repouzar. Os suicídios por motivos de miséria repetem-se e aumentam diariamente.

Proclama-se por ai que tudo isso é devido ao malfadado governo tranzacto. Sem dúvida, os quatro anos de delapidações e ladroenras daquele governo contribuíram e prepararam sobremaneira o terreno para esta crise. Mas porque se acha o novo governo impotente para debela-la? Ha um factor ca-

pital para esta impotencia: a impossibilidade de um empréstimo externo. Ora, tal impossibilidade é uma resultante directa da conflagração.

Não se iluda o povo. Com as relações de toda a espécie—comerciais, intellectuais, morais—dia a dia mais estreitas, mais intensificadas entre as nações de hoje, nenhum abalo sacode qualquer país que não vá sacudir todos os outros. E' a tendencia histórica da internacionalização tornando comuns e reciprocos os interesses de todas as nacionalidades. A guerra actual é a prova mais evidente, mais flagrante dessa tendencia.

O facto é, pois, que os povos dos países neutros estão a sofrer as consequencias da conflagração. E não de estes povos, os trabalhadores dos países neutros conservar-se indifferentes? Provard, como está, que a guerra é uma resultante das rivalidades industriais e comerciais existentes entre as classes capitalistas e governamentais dos países em luta, e que a guerra só a estas classes aproveita, logo salta aos olhos que seria a maior das cobardias conservar-se os trabalhadores indifferentes perante o tremendo conflito.

Neste sentido é que, correndo ao apelo do revolucionário frances Sebastien Faure e juntando os nossos esforços aos esforços das associações proletárias e libertarias dos países neutros da Europa e da América, que nós aqui lançamos o nosso brado:

Pela Paz!

Nós queremos a paz. A guerra fere fundo os nossos interesses mais vitais. Recuzamos aos governos dos países em guerra o direito de perturbar a vida internacional. A conflagração é um crime monstruoso de lesa-humanidade. E contra os criminosos guerreiros nós, todos os povos dos países neutros, temos o direito de protestar. Temos o direito de exigir a paz Temos o direito de exigir que a guerra termine.

Mas é isto possível? Como fazer? E' possível. Fazemos agitações continuas e crescentes. Proclamamos o nosso ódio á guerra e aos guerreiros. Fazemos chegar aos ouvidos dos governos criminosos e dos seus representantes o nosso grito de revolta.

Nós nos dirigimos aos trabalhadores e ao povo em geral do Brasil. E' necessario que o proletariado do Brasil forme junto e solidario com o proletariado da Europa e de toda a América, que se está agitando em favor da paz.

Tambem uma grande parte do povo dos países conflagrados deseja a paz, está já cansada e esgotada pela guerra. Mas estes que, lá no campo da luta, querem a paz, nada podem por si fazer, encaixados como se acham num férreo regime marcial. E' preciso que até eles façamos chegar o nosso clamor. E' preciso que eles tenham todo o nosso apoio.

Pouco nos deve importar a paz ficticia concluida nos conluios diplomaticos, occultos, dúbios, hipócritas, geradores de novas pendencias futuras. Nós queremos uma paz real, uma paz estável, uma paz baseada numa efectiva solidariedade internacional das classes trabalhadoras. Ora, esta solidariedade intern cional não pode ser estabelecida por decretos nem convenções governamentais. Resultado da comunidade de interesses existente entre os proletariados de todas as nações, ella só se firmará com a acção destes proletariados no sentido de não consentir na guerra de não fazer a guerra.

Nós nos dirigimos ás classes trabalhadoras do Brasil. O proletariado desta terra não pode ficar impassivel diante do grandioso movimento internacional, que está a crescer, contra a guerra e pela paz. Se queremos realmente defender os nossos interesses não esperemos que os outros os defendam. Defendamo-los nós próprios como ensina o canto da Internacional.

«Façamos nós por nossas mãos Tudo que a nós nos diz respeito!»
Trabalhadores! Juntai o vosso ao nosso grito: Abaixo a guerra! Viva a paz!
Rio de Janeiro, 30 de abril de 1915
Confederação Operaria Brasileira; Federação Operaria do Rio de

Janeiro; Sindicato Operario de Officinas Varios, Sindicatos dos Operarios das Pedreiras, Sindicato dos Panificadores, Sindicato dos Sapateiros, Centr. dos Operarios Marmoreistas, Liga Federal dos Empregados em Padaria, Liga Internacional dos Pintores, Sindicato dos Estudadores, União dos Alfaiates, Sociedade União dos Estivadores; Centro Cosmopolita; Liga Anticlerical; Centro de Estudos Sociais; A Vida; «Na Barricada»; «A Voz do Trabalhador»; O Clarim.

VIDA SINDICAL

A J. S. P. e o seu I.º Congresso.—Desde há muito que alguns camaradas das Juventudes Sindicalistas portuguesas falam na realização dum congresso nacional com o fim de desenvolver a sua esfera de acção, e definir, ao mesmo tempo, os seus meios de organização e de tática para o combate á esta sociedade burguesa e capitalista que nos explora e nos embrutece.

A nosso ver, as Juventudes são constituídas para arrancar as gerações ao vicio e ao crime, tornando-as fortes e decididas a defenderem os seus direitos e a conquistarem a sua emancipação. E' certo que a burguesia toda se esforça por não nos dar tempo para nos instruírmos e educarmos. Ella com o seu espirito ganancioso, só cuida em roubar-nos, em explorar-nos em esmagar-nos. E neste intuito, precipita-nos em horribes matanças, como a actual guerra europea e demonstra, e fica-se muito surdiente e satisfeita a esperar para o campo da luta... a cem ou duzentas léguas de distancia.

Pois eu, caros camaradas, lembro no presente momento, a todas as Juventudes Sindicalistas de Portugal que nunca como agora, se fez sentir a necessidade dum congresso. Em face das afirmações grutescas e aleivosas dos patriotas, nós precisamos de definir á nossa attitude, dando um exemplo salutar e mostrando ao povo que somos alguém.

Admitido mesmo que não possamos evitar a cooperação de Portugal na guerra, em virtude da ignorância e da estupidez em que o povo está imerso, ao menos demos o grito de alarme, provando as nossas convicções e os nossos principios, e afirmando altisonantemente o nosso reto modo de ver.

Que todas as Juventudes Sindicalistas pensem bem no exposto e procedam em consequência, tais são os nossos desejos. Logo que se offereça occasião não a deixemos perder.

A'vante pelo congresso.

COSTA CARVALHO
(Da J. S. da Póvoa de Varzim)
Nucleo Juventude Sindicalista.—(Porto)—Reunião geral.—Effectuou-se num dos últimos domingos a reunião geral deste Nucleo, á qual presidiu o camarada José Rodrigues, secretariado por J. Magalhães Junior e J. Santos.

Tomaram-se as deliberações que seguem: Concordar com a transferência para o domingo 29 do corrente mez, por alvitre do Nucleo J. S. da Póvoa do Varzim, do passeio de confraternização a Vilar do Pinheiro; encarregar a comissão de propaganda de conseguir que varios militantes do movimento anarquista e sindicalista mostrem, por escrito, a sua opinião sobre o papel das Juventudes Sindicalistas, e realizar um passeio de propaganda sindicalista a S. Pedro da Cova, no próximo domingo, 15 de Agosto. Outras resoluções de some-nos importancias foram tomadas.

União das Juventudes Sindicalistas.—Reuniu extraordinariamente para apreciar as possibilidades da reparação do seu orgão «O Despertar», depois de se consultarem algumas tipografias e varios elementos, resolverem fazer-lo reaparecer no proximo mez de Setembro; para isso, será feito um referendun a todas as J. S. a fim de se pronunciarem sobre o auxilio que lhe possam dispensar.

Entre o expediente, havia um officio da Internacional das Juventudes Socialistas, com sede em Zurich, convidando esta União a aderir; resolveu-se officiar-lhe comunicando-lhe não poder a União aderir pelo facto de prefillhar doutrinas anti-parlamentaristas, mas que sinceramente continuaria, como até aqui o tem feito, a corresponder-se e a colaborar na Campanha contra á guerra; resolveu-se tambem manter assidua correspondencia com as Federações das Juventudes Sindicalistas de França, Federação das Juventudes Socialistas de Italia etc.

A sua omissão administrativa procura encontrar em todos os Núcleos o entusiasmo proprio da Juventudes de que está animada, a fim de proseguir no desempenho da sua missão.

Vida Anarquista

Propaganda libertaria.—Hoje ás 20 horas reúne este grupo no local do costume. Espera-se que ninguém falte.

Convite Pró Presos Por Questões Sociais

Prosseguindo na sua luta tenaz de auxilio e defesa aos presos por questões sociais, os Comités do Porto e Gaia reúnem hoje, domingo, pelas 15 horas na rua Cunha Espinheira, 131, (ás Antas) para deliberar sobre os comícios a realizar em breve no Porto e Gaia em prol dos camaradas presos por questões sociais.

Para esta reunião são convidados todos os membros dos Comités do Porto e Gaia. Que ninguém falte visto a urgencia e importancia do assunto.